

1 - Responsável pela elaboração do ETP:

Nome: Jonnivaldo Silva dos Santos

Matrícula: 9043

2 – Descrição da necessidade (art. 18, §1º, inciso I):

A sede do Município de Mata de São João dispõe de diversos espaços públicos destinados ao lazer, à convivência social, à valorização urbanística e ao fortalecimento do comércio local, desempenhando relevante função social, paisagística e cultural para a população.

Nesse contexto, destacam-se os recentes investimentos realizados pela Administração Municipal na requalificação da Praça Barão Açu da Torre, na implantação do Complexo Educacional do Amado Bahia — estruturado no antigo matadouro municipal — e na revitalização da Praça de Imbassaí, equipamentos públicos que passaram a oferecer ambientes mais modernos, inclusivos, seguros e adequados ao convívio familiar, às atividades educacionais, culturais e recreativas.

A reforma da Praça Barão Açu da Torre contemplou a restauração da tradicional ponte em madeira, elemento histórico e paisagístico amplamente utilizado pelos cidadãos como ponto de lazer e registro fotográfico, bem como a implantação de espelho d'água ornamentado, estruturado em revestimento cerâmico e dotado de sistema de bombeamento para circulação contínua da água. Solução semelhante foi implantada no Complexo Educacional do Amado Bahia, agregando valor paisagístico e funcional ao espaço público, contribuindo para a criação de ambientes voltados à contemplação, ao bem-estar e à integração social dos usuários, especialmente estudantes, professores e cidadãos em geral. Da mesma forma, a Praça de Imbassaí possui lago artificial que demanda manutenção contínua para preservação de suas características paisagísticas, sanitárias e ambientais.

Tais estruturas exigem manutenção técnica periódica e contínua, especialmente quanto ao tratamento e controle da qualidade da água, considerando fatores como proliferação de algas, acúmulo de folhas, resíduos orgânicos, turbidez, odores, presença de microrganismos e potenciais focos de vetores, situações que comprometem não apenas a estética e funcionalidade dos espaços públicos, mas também a saúde pública, a preservação ambiental e a conservação do patrimônio público recentemente revitalizado pela Administração Municipal.

De acordo com a Lei Municipal nº 897/2023, que dispõe sobre estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Mata de São João, incumbe à Secretaria de Obras e Serviços Públicos desempenhar as seguintes funções:

Art. 13. A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos tem por finalidade desempenhar as funções do Município em matéria de obras e serviços públicos, competindo-lhe:

- IV. executar atividades de conservação e manutenção de edificações públicas do Município;
- XIII. promover a manutenção e conservação das edificações públicas, das estradas vicinais e vias urbanas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



XIX.preservar e aproveitar as áreas paisagísticas;
XXI.executar e fiscalizar as atividades relativas aos serviços de limpeza pública;

Diante disso, evidencia-se a necessidade de aquisição de produtos químicos, materiais e equipamentos especializados destinados à manutenção e ao tratamento dos espelhos d'água, lagos ornamentais e estruturas similares instaladas nos equipamentos públicos municipais, garantindo condições adequadas de higienização, conservação, circulação e qualidade da água. A medida busca assegurar a preservação dos investimentos públicos realizados, evitar deterioração precoce das estruturas, reduzir custos futuros com manutenção corretiva e proporcionar ambientes visualmente agradáveis, seguros e salubres à população.

Ademais, considerando a necessidade de garantir maior eficiência operacional, padronização mínima de desempenho, durabilidade e compatibilidade dos produtos empregados na manutenção desses espaços públicos, a Administração optou pela indicação de marcas como parâmetro referencial de qualidade similar ou superior, exclusivamente para melhor identificação e compreensão do objeto licitado, sem qualquer direcionamento ou restrição indevida à competitividade do certame. Ressalta-se que as marcas utilizadas como referência possuem ampla disponibilidade no mercado nacional, sendo comercializadas por diversos fornecedores, circunstância que preserva a competitividade, a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Corroborando com esta fundamentação, segue-se o que aponta o artigo 41 da Lei 14.133/2021:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
- d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

É visto que múltiplos fornecedores comercializam a determinada marca de referência, o que no caso eventual não acarreta a situação de exclusividade, conforme disposto o tema no TCU:

Permite-se menção a marca de referência no edital, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, caso em que se deve necessariamente acrescentar expressões do tipo "ou equivalente", "ou similar", "ou de melhor qualidade", podendo a Administração exigir que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a marca de referência mencionada.





Portanto, mostra-se imprescindível a adoção de medidas administrativas voltadas à adequada manutenção desses espaços públicos, mediante aquisição planejada de produtos e equipamentos compatíveis com as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, assegurando a continuidade dos serviços de conservação, a preservação paisagística, a proteção do patrimônio público, a qualidade ambiental e o bem-estar da coletividade. (planalto.gov.br)

3 – Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual (art. 18, §1º, inciso II):

Salienta-se que a despesa está devidamente prevista no **Plano De Contratações Anual (PCA)** da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, vinculada ao objeto nº 40, conforme planejamento para o exercício de 2026 do Município de Mata de São João/BA.

Ressalta-se, ainda, que o objeto da contratação encontra-se devidamente contemplado no último instrumento publicado e será incluído na próxima atualização do referido documento, garantindo alinhamento com as diretrizes e exigências normativas vigentes.

4– Requisitos da Contratação (art. 18, §1º, inciso III) / Obrigações da Contratada e Contratante:

4.1. Atestado de Capacidade Técnica:

A comprovação da capacidade técnico-operacional dar-se-á mediante apresentação de atestado (s) ou declaração (ões) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento anterior de bens compatíveis, EM CARACTERÍSTICAS, com o objeto desta licitação, conforme descrito no Termo de Referência.

§1º. Serão considerados compatíveis os atestados que comprovem fornecimento de bens com características técnicas semelhantes e aplicabilidade equivalente ao objeto licitado, ainda que não idênticos, desde que compatíveis em uso e finalidade.

§2º. Não serão aceitos atestados que comprovem apenas o fornecimento de bens genéricos, correlatos ou sem correspondência técnica direta com o objeto, ainda que utilizados em atividades similares, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União. §3º. A Administração poderá realizar diligência, nos termos do art. 64, da Lei nº 14.133/2021 ou da legislação aplicável, exclusivamente para esclarecer ou complementar informações constantes nos documentos já apresentados no prazo de habilitação, vedada a apresentação extemporânea de novos documentos.





Os documentos que forem apresentados com assinatura digital qualificada ou avançada, a exemplo de propostas e atestados de capacidade técnica, terão sua autenticidade e validade conferidas pela Administração junto aos órgãos e portais de referência (como o ITI ou SERPRO), reservando-se ao órgão licitante o direito de realizar as diligências previstas no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 para o saneamento de dúvidas ou comprovação de metadados quando a validação sistêmica imediata não for possível, sujeitando-se o infrator às sanções administrativas e penais cabíveis em caso de falsidade documental.

4.2. Obrigações da Empresa:

A Empresa deve cumprir todas as obrigações constantes na Ata de registro de preços e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- I. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na Ordem de Fornecimento, acompanhada das respectivas notas fiscais constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo e procedência;
- II. Efetuar a troca dos produtos entregues do objeto desta licitação, que estiverem fora das especificações contidas em edital e proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o município, no prazo estabelecido pela Administração;
- III. Comunicar verbalmente, de imediato, e confirmar por escrito à ADMINISTRAÇÃO, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- IV. Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante toda a vigência da ata de registro de preços;
- V. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte (envio e devolução), acondicionamento e descarregamento dos materiais;
- VI. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;





- VII. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- VIII. Substituir, no prazo máximo, de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação de irregularidade, o material entregue e não aceito pelo contratante, em função da existência de irregularidades, incorreções e/ou defeitos, responsabilizando-se, integralmente, pelas despesas decorrentes da troca, ou seja, a entrega do novo bem e a retirada do bem a ser substituído, inclusive as despesas de transporte;
- IX. Todos os produtos deverão ser entregues rigorosamente embalados em suas embalagens originais de fábrica, lacradas, invioladas, em perfeito estado de conservação e armazenamento, sem sinais de violação, avarias, amassados ou qualquer tipo de dano físico. A embalagem deve conter, de forma clara, legível e visível, a marca do fabricante, número de lote/registro e data de fabricação e demais informações técnicas do item.
- X. É expressamente vedada a entrega de produtos avulsos, fora da embalagem original ou sem identificação clara do fabricante, sob pena de recusa imediata da entrega, sem ônus para a Administração, ficando o fornecedor obrigado à substituição imediata dos itens, correndo por sua conta todos os custos envolvidos.
- XI. A Administração poderá, a qualquer tempo, inclusive antes do aceite definitivo, solicitar documentos que comprovem a autenticidade, procedência e originalidade dos itens entregues, tais como: declarações do fabricante, certificados de garantia, notas fiscais de origem e catálogos técnicos oficiais. O não atendimento à solicitação ou a constatação de falsificação ou desvio de padrão poderá ensejar a rescisão contratual por inadimplemento, além da aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação pertinente.
- XII. A Contratada obriga-se a implementar sistema de logística reversa para os itens considerados resíduos de impacto.
- XIII. O fornecedor deverá priorizar a entrega dos materiais em embalagens recicláveis ou de reduzido impacto ambiental, evitando o uso desnecessário de polímeros não biodegradáveis.
- XIV. O contratado compromete-se a adotar medidas de mitigação de impactos ambientais relacionados ao fornecimento dos equipamentos,





incluindo a logística reversa, responsabilizando-se pelo correto recolhimento, transporte e destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 e demais normas aplicáveis. O descumprimento dessa obrigação sujeitará o contratado às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades ambientais cabíveis.

- XV. Os materiais/produtos entregues deverão possuir, na data da entrega (recebimento provisório), prazo de validade remanescente correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total, ou prazo não inferior a 12 (doze) meses, prevalecendo o que for maior.
- XVI. Em casos excepcionais, devidamente justificados pela unidade requisitante e desde que não haja prejuízo ao cronograma de utilização, a Administração poderá aceitar produtos com validade inferior à estipulada, mediante termo de compromisso de troca imediata e sem ônus para o Município, caso o produto vença antes de sua utilização total.
- XVII. A inobservância do prazo de validade remanescente ensejará a rejeição do item no ato do recebimento, devendo a Contratada efetuar a substituição no prazo de entrega estabelecido na respectiva ordem de fornecimento, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e na Lei nº 14.133/2021.
- XVIII. O fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, conforme cronograma de necessidades da Administração, devendo a Contratada manter os preços registrados durante a validade da Ata de Registro de Preços, assegurando a economicidade e evitando a estocagem desnecessária de materiais perecíveis.
- XIX. Eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deverão vir acompanhados de robusta memória de cálculo e documentos comprobatórios que demonstrem a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do Art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, não sendo admitidas variações ordinárias de mercado como justificativa isolada.

4.3. Obrigações da Contratante:

- A. Manter com a empresa, contatos preferencialmente por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que, entretanto, deverão ser formalizados oportunamente.





- B. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços.
- C. Dar à empresa as condições necessárias à regular execução da Ata de Registro de Preços.
- D. Rejeitar os produtos que estiverem em desacordo com as especificações previstas e notificar a empresa.
- E. Constatando-se qualquer irregularidade, o responsável pela fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços, deverá de imediato e por escrito, comunicar à secretaria competente, que tomará as medidas pertinentes, consoantes a Lei 14.133/2021.
- F. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado e nas condições estabelecidas.
- G. Aplicar as sanções administrativas nos casos de inadimplemento da execução contratual.

4.4. Garantia de Fornecimento:

Não será exigida a garantia de execução do fornecimento, considerando que o objeto da presente aquisição será solicitado conforme a necessidade da administração.

4.5. Garantia de Participação:

Não será exigido garantia de participação;

4.6. Da exigência de Amostras/Folders:

Será exigida a apresentação de folders sobre todos os itens, com o objetivo de verificar as especificações dos equipamentos ora adquirido, afim de constatar a compatibilidade com o quanto requisitado no presente certame. Os folders deverão ser disponibilizados junto a proposta, dentro do prazo estabelecido pela Comissão Permanente de Licitação – COMPEL.

4.7. Custos

A quantidade de itens a ser adquirida será estabelecida pela **ADMINISTRAÇÃO**, dentro de suas necessidades e conveniência.





Todos os insumos necessários ao fornecimento dos itens/materiais ocorrerão por conta da **EMPRESA**, o que inclui entrega no local indicado pela **ADMINISTRAÇÃO**, transporte, bem como, utilização de equipamentos e pessoal, impostos, taxas, ou o que for necessário para o fornecimento e prestação dos serviços de manutenção, sendo que não poderá haver nenhuma reclamação por parte da **EMPRESA**, no sentido de cobranças ou ressarcimentos relativos à tal assunto.

4.8. Da formação do cadastro reserva:

Será constituído cadastro de reserva, formado pelos licitantes classificados após o vencedor, respeitada a ordem de classificação no certame, nos termos dos arts. 18 a 21 do Decreto nº 11.462/2023. O cadastro de reserva terá por objetivo assegurar a continuidade do fornecimento e a economicidade da contratação, podendo ser acionado nas hipóteses de não assinatura da ata pelo vencedor, cancelamento do registro ou impossibilidade de atendimento pelo fornecedor registrado. A convocação dos licitantes observará a ordem de classificação e as condições da proposta original, sendo facultada à Administração a negociação ou a realização de nova licitação, quando necessário. A inclusão no cadastro de reserva não gera direito subjetivo à contratação, mas apenas expectativa, condicionada à necessidade administrativa e à conveniência da Administração.

5 – Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (art. 18, §1º, inciso IV):

Os quantitativos foram cuidadosamente determinados com base em critérios de uso durante as manutenções programadas, que ocorrerão a cada 15 dias, ao longo de um período de 12 meses.

Os demais equipamentos foram estipulados de acordo com o seu ciclo de vida e periodização das manutenções.

Para a estimativa de quantidade, levamos em conta o quantitativo dos ambientes destinados para manutenção em que serão beneficiados com os presentes insumos, tendo em vista os serviços de limpeza e tratamento a serem executados.

Possibilita-se, portanto, a economia de escala do modo que viabilize o levantamento dos itens a serem adquiridos e agrupando os mesmos em lotes ou separadamente por itens, a fim de que haja a aquisição conjunta dos objetos necessários.





Dessa forma, o citado quantitativo será justificado no memorial de cálculo que seguirá anexo aos autos do processo administrativo, conforme planilha de memorial de cálculo (Anexo II).

6 – Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (art. 18, §1º, inciso V):

Após levantamento de mercado através de pesquisa de preço, de acordo com a atual necessidade foi levantada a seguinte solução:

Solução 01: Aquisição de produtos e equipamentos para tratamento e manutenção de espelhos d'água/piscina a fim de atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do município de Mata de São João/BA

Solução 02: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tratamento e manutenção de espelhos d'água/piscina localizadas nos espaços públicos do Município de Mata de São João/BA

Após uma avaliação criteriosa, a **SOLUÇÃO 01** foi identificada como a mais vantajosa para os interesses da Administração, e isso se baseia em diversos pontos:

1. **Controle de estoque e utilização dos produtos:** Através da aquisição dos produtos, a Administração poderá racionar os itens a serem utilizados, além do controle sobre o estoque, garantindo uma melhor eficiência operacional, além da redução dos custos com gastos desnecessários que poderiam ser maiores se custeados por uma empresa contratada.
2. **Eficiência operacional e economia sobre os serviços prestados:** Tendo em vista que a Administração dispõe de funcionários capacitados para a utilização dos produtos a serem adquiridos, torna-se mais eficiente a aquisição dos itens a serem utilizados, considerando que haverá a redução sobre o custeio de uma nova mão de obra.

Em contrapartida, a **Solução 02** foi descartada por algumas razões fundamentais:

1. **Custos com mão de obra:** A contratação de uma empresa especializada leva aos custos indiretos com mão de obra, que ocasionam ao custeio também de uniformes, deslocamento, e





demaís despesas envolvidas na prestação dos serviços contratados. Estas despesas poderiam ser reduzidas através da aquisição dos itens, e a execução dos serviços por meio dos colaboradores qualificados pertencentes ao quadro de funcionários da Administração.

- 2. Uso incontrolado de insumos:** A contratação de uma empresa especializada comete ao uso incontrolado dos insumos por esta, na qual, poderá realizar os serviços de maneira mais custosa, seja por meio do valor elevado sobre os produtos a serem utilizados, bem como, por razões de desperdício, não havendo o equilíbrio e eficiência operacional sobre o consumo dos produtos e a sua real utilização.
- 3. Prestação dos serviços:** Os serviços contratados poderão ter resultados insatisfatórios e atrasos em relação ao esperado pela Administração. Tendo em vista que a Administração já possui em seu quadro de funcionários a mão de obra qualificada para a realização dos serviços, torna-se mais viável a operacionalização por estes, considerando que já possuem resultados eficientes sobre as atividades.

Portanto, a **SOLUÇÃO 01** não apenas oferece economia financeira significativa, mas também reduz riscos operacionais e garante a continuidade e qualidade dos serviços prestados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

7 – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (art. 18, §1º, inciso VI):

Para a estimativa preliminar do valor da contratação, utilizou-se como parâmetro o histórico da contratação anterior realizada por meio do **Pregão Eletrônico nº 20/2025**, tomando-se como base os valores adjudicados à época, com atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, correspondente ao percentual acumulado de 4,726050%, resultando em uma estimativa inicial de **R\$ 16.371,59**. Tal atualização visa preservar a compatibilidade econômica dos valores estimados frente à variação inflacionária do período.

Ressalta-se, contudo, que o valor acima possui caráter meramente estimativo e não se confunde com o valor referencial definitivo da contratação, tendo em vista que a Administração promoverá ampla pesquisa de preços, mediante consulta a múltiplas fontes, observando parâmetros compatíveis com os praticados no mercado, em conformidade com





as disposições da Lei nº 14.133/2021, buscando assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em condições equivalentes às praticadas no setor privado, considerando critérios de fornecimento, pagamento, logística e demais variáveis mercadológicas pertinentes.

Insta frisar que o referido instrumento utilizado como estimativa de valor, bem como, o devido memorial de cálculo no que dispõe sobre o esclarecimento das quantidades, e a planilha orçamentária de referência com os quantitativos e valores referenciais estarão devidamente encartados ao processo, juntamente com a declaração de preços justificando-se a metodologia a ser utilizada para o alcance dos valores.

8 – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (art. 18, §1º, inciso VII).

Esta aquisição se propõe a suprir a demanda essencial dos produtos e equipamentos necessários para a realização do tratamento e manutenção dos espelhos d'águas situados no município. O intuito primordial é garantir a continuidade e a eficiência desses serviços, promovendo não apenas a organização do espaço público, mas também promovendo os ambientes limpos e conservados.

Considerando que os itens a serem adquiridos possuem natureza de bens comuns e são de tecnologia amplamente dominada, não se vislumbra a necessidade de contratação de serviços externos de assistência técnica ou manutenção especializada vinculada ao fornecimento. A responsabilidade pela utilização e ajustes técnicos recairá sobre o quadro de pessoal da Administração Pública. Entretanto, a solução abrange a garantia integral contra vícios ocultos, defeitos de fabricação ou inadequação técnica dos materiais entregues.

Caso seja constatado defeito originário ou desempenho inferior aos padrões normativos da ABNT/fabricante, a contratada deverá promover a imediata substituição dos itens, sem ônus adicional ao Município, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis. Os prazos específicos de garantia, obrigações da contratada, sanções administrativas e os procedimentos de recebimento (provisório e definitivo) estarão detalhados no Termo de Referência, em conformidade com o Art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

9 – Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, §1º, inciso VIII):

A presente contratação será por **LOTE ÚNICO**, fundamentada no princípio da economicidade e na promoção da competitividade entre os licitantes. Este critério visa não apenas garantir a eficiência financeira, mas também estimular a busca pela excelência, incentivando uma competição saudável que resulte em benefícios tangíveis para todas as partes envolvidas no processo licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Dessa forma, o agrupamento dos itens, em que, não se aglomeram em um montante de grande vulto, possibilita a forma de licitação em lote único, em que observa-se inclusive as regras de mercado para a comercialização dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

A aquisição por lote único garante uma melhor eficiência e gestão contratual, considerando que o fornecimento se dará de forma harmônica sobre os produtos a serem utilizados tendo em vista a sua operação de forma conjunta entre os equipamentos e insumos. Pontua-se dessa forma o quanto disposto no art. nº 40, da Lei federal 14.133/21:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

V - Atendimento aos princípios:

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Destarte, o julgamento selecionado assegura a vantajosidade do objeto para administração, bem como, possibilita a participação de vários fornecedores, resguardando assim o princípio da economicidade, além de assegurar o princípio da isonomia e competitividade proporcional ao dispêndio.

10 – Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, §1º, inciso IX):

A presente contratação não se caracteriza como prestação de serviços continuados ou por escopo, tampouco demanda dedicação de mão de obra, definição de metas operacionais ou estabelecimento de resultados específicos vinculados à execução contratual. Trata-se, em verdade, de aquisição de bens e materiais de consumo destinados à manutenção das atividades administrativas e operacionais da Administração Pública, cujo objeto consiste no simples fornecimento parcelado dos itens, conforme necessidade da Administração.

Nesse contexto, a natureza da contratação afasta a adoção de modelo contratual típico de prestação de serviços, uma vez que não há emprego coordenado de recursos humanos, materiais e financeiros voltados à execução de atividade especializada ou obtenção de





resultado determinado, mas apenas o fornecimento de produtos com especificações objetivamente definidas no Termo de Referência, nos termos conceituados pela Lei nº 14.133/2021.

11 – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (art. 18, §1º, inciso X):

Por se referir à uma contratação de baixa complexidade, torna-se dispensável a capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

12 – Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, inciso XI):

Para a presente contratação não se faz necessário que a administração conte com contratações que guardem correlação ou de dependência mútua, operando de maneira independente, dispensando qualquer necessidade de conexões ou interligações.

13 – Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (art. 18, §1º, inciso XII):

A aquisição de produtos e equipamentos para tratamento e manutenção de espelho d'água pode apresentar impactos ambientais ao longo do uso. Aqui estão alguns possíveis impactos e medida mitigadoras associadas:

Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:

1. Consumo de Energia e Água

- Impacto: Alto consumo em bombas, filtros e aquecimento.
- Mitigação: Equipamentos eficientes, sistemas de aquecimento solar, temporizadores e reaproveitamento de água.

2. Resíduos Químicos

- Impacto: Contaminação por produtos como cloro e algicidas.
- Mitigação: Uso de produtos biodegradáveis, dosagem correta e descarte adequado.

3. Resíduos Sólidos

- Impacto: Equipamentos obsoletos e embalagens.
- Mitigação: Logística reversa com fornecedores e parcerias para reciclagem.





4. Contaminação Hídrica

- Impacto: Vazamentos e descarte inadequado.
- Mitigação: Monitoramento da água, uso de sistemas fechados e barreiras de proteção.

Essas medidas mitigadoras podem contribuir para minimizar os impactos ambientais associados, tornando o processo mais sustentável e alinhado com as práticas ambientais responsáveis.

14 – Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, §1º, inciso XIII):

Após os estudos técnicos que acompanham esta declaração, o técnico responsável pela elaboração deste estudo técnico preliminar, identificado no item 01 e adiante assinante de tal declaração, declara ser viável a contratação da solução pretendida, considerando que:

- a) a forma da contratação é a mais indicada;
- b) possui a máxima possibilidade de alcance dos resultados pretendidos;
- c) os riscos foram mitigados;
- d) cumpre os princípios de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

Mata de São João/BA, 05 de março de 2026,

Elaborado por:

(Assinatura digital)

Jonnivaldo Silva Dos Santos

Subcoordenador de Cadastro

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Matricula: 9043

Ciente e de Acordo,

(Assinatura digital)

Allan Lucas Carvalho Tavares

Coordenador Administrativo

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Matrícula: 8482

